



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

#### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º. 1/2013

-----ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E TREZE. -----

-----Aos vinte e dois dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e treze, pelas vinte horas e trinta minutos reuniram, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, sob a presidência do Senhor Rui Monteiro Picciochi, tendo como primeiro secretário o Senhor Inocêncio Rodrigues Cruz e segundo secretário o Senhor João Manuel Alves Gralha, convocada nos termos do artigo 49.º, n.º 1, e do artigo 54.º, n.º 1, alínea b), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conforme anúncio público afixado por Edital, de 14 de Fevereiro de 2013, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----Ponto Um – Expediente, Informações e aprovação da Acta; -----

-----Ponto Dois – Apreciação da Informação Escrita a apresentar pelo Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do art.º. 53º., da Lei n.º. 169/99 de 18 de Setembro, com a alteração da Lei n.º.5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----Ponto Três – Alteração ao Regulamento Municipal e Tabela de Taxas e Licenças; -----

-----Ponto Quatro – Abertura de procedimentos Concursais com vista à Constituição de Relações Jurídicas de Emprego Público; -----

-----Ponto Cinco – Adequação dos estatutos do CDN – Gestão e promoção do parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, S.A. – E.M. à Lei n.º50/2012, de 31 de Agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais; -----

-----Ponto Seis – Ratificação do contrato de gestão e tratamento de resíduos. Resitejo – Associação de Gestão e Tratamento de Lixos do Médio Tejo; -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes Deputados da Assembleia Municipal, Senhores: -----

-----Rui Monteiro Picciochi; -----  
-----Manuel da Costa; -----  
-----João Manuel Alves Gralha; -----  
-----Paulo Fernando da Graça Constantino; -----  
-----José Maria Chambel Esteves; -----  
-----Ricardo Manuel Ramalhete Honório; -----  
-----Adriano da Fonseca Figueiredo; -----  
-----Inocência Rodrigues Cruz; -----  
-----Adriano Milho Cordeiro; -----  
-----António Maria Constantino; -----  
-----Adelino Amaral; -----  
-----Nuno Filipe da Fonseca Gameiro; -----  
-----Paulo Jorge Ruivo Bento Lopes; -----  
-----Manuel Maria Pequeto Cardoso; -----  
-----António da Silva Pereira; -----  
-----Paulo Alexandre da Cunha Tavares; -----  
-----Eduardo Cristovão Gil de Oliveira; -----  
-----Valter Augusto Peres Caldeira; -----  
-----João Filipe Ricardo. -----

**O Senhor Deputado Municipal Manuel João Pedro fez-se substituir pelo Senhor Adelino Amaral na sessão da Assembleia. -----**

Nos termos do artigo 48.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara Dr. Vítor Miguel Martins Arnaut Pombeiro, os Senhores Vereadores Rui Constantino Martins e Fernando Santos Freire. Tendo assistido, ainda, o Senhor Vereador em regime de não permanência: Manuel de Oliveira, faltando a Vereadora Rosa Maria Claudino Fernandes Garrett. -----

Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão, apresentando as boas vindas ao executivo camarário. -----

----- **De seguida tomou posse o Senhor Deputado Municipal Manuel da Costa substituindo a Senhora Deputada Municipal Ana Rita Lopes Inácio**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que solicitou substituição à sessão da Assembleia Municipal, tendo sido convocado o cidadão imediatamente a seguir na lista do PS. -----

O Senhor Deputado Carlos Timóteo solicitou suspensão de mandato por um período de 30 dias do qual foi convocado o cidadão imediatamente a seguir na lista da CDU, a Senhora Deputada Maria José Brito Alves Martinho. Uma vez que a Senhora Deputada se encontrava doente no dia da Sessão da Assembleia, não compareceu à mesma. -----

### ----- ACTA -----

- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à apreciação a acta número 5, da reunião de 14 de Dezembro de 2012, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros deste órgão deliberativo. -----

----**Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados, foi submetida a votação o projecto da acta nº 5/2012 da reunião realizada a 14 de Dezembro de 2012. Posta à aprovação foi aprovado por maioria, com 5 abstenções dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Valter Caldeira, Paulo Tavares, Anabela Quintanilha do PPD/PSD.CDS-PP e João Filipe Ricardo da CDU;** -----

### ----- EXPEDIENTE -----

**De seguida questionou os senhores deputados se pretendiam realizar algumas observações à lista de expediente. – (vide anexo 1) -----**

**Em relação ao expediente o Senhor Presidente da Assembleia referiu:**

“Obtivemos resposta das Estradas de Portugal em relação à Moção que enviamos, relacionada com o fim da discriminação positiva da A23 em que respondi, dado eles considerarem que não houve registo de acidentes na nacional 110: «...relativamente aos acidentes deve estar mal informado pelo que se junta fotocópia enviada pelo Senhor Comandante do Posto da Guarda Nacional Republicana de Vila Nova da Barquinha onde se confirma a justeza da nossa pretensão.» -----

-----//----

De seguida o Senhor Presidente deu a palavra aos Senhores Deputados que apresentaram as seguintes declarações: -----

= O Senhor Deputado **António Pereira** apresentou uma declaração política; **(vide anexo 2)** -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** apresentou uma declaração política; **(vide anexo 3)** -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** apresentou uma Moção”; **(vide anexo 4)** -----

**Posta a votação a sua admissibilidade, esta foi aprovada por unanimidade, tendo-se inscrito para discussão os seguintes deputados:** -----

= Intervenção do Senhor Deputado **Paulo Constantino**: “Parece que não há muitas pessoas decididas a dicutir a nova Lei das Finanças Locais, talvez porque ainda se conhece pouco de qual será a proposta a apresentada na Assembleia da República. Talvez fosse mais indicado o próprio ponto vir à Assembleia Municipal para que se fizesse algum debate depois de haver mais conhecimento sobre a própria proposta de Lei.” -----

= Intervenção do Senhor **Presidente da Assembleia**: “Não tenho ainda posição pessoal sobre este documento, pois ainda não tive tempo de ler a proposta de Lei ,entregaram-ma hoje e ainda não a analisei. Não sei se pudemos renunciar de imediato à proposta de Lei, não conheço e não posso discutir, daí ter alguma dificuldade de me pronunciar sobre ela. Sei que a ANMP também está contra na parte genérica sobre esta lei, porque não foram ouvidos e não foram tomadas em consideração as propostas da associação.” -----

**Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara referiu o seguinte:** -----

“A apreciação feita pela ANMP é que existe um parecer de extrema preocupação e de extrema negatividade relativamente à proposta que está em cima da mesa, mas tudo leva a crer que seria uma violação completa da autonomia do poder local se a lei nos termos em que ela está proposta viesse a ser aprovada e punha em causa o funcionamento dos Municípios.” -----

= Intervenção do Senhor **Presidente da Assembleia**: “Pessoalmente não gosto de tomar posições sem conhecer as coisas independentemente da bondade da Moção ou da própria proposta de Lei das Finanças Locais, mas sou sensível aquilo que disse o Senhor Presidente e da postura da ANMP. -----

**Posta à votação a Moção, esta foi aprovada por maioria com 4 votos contra dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Paulo Tavares, António Pereira e Valter Caldeira do PPD/PSD.CDS-PP e 4 abstenções dos Senhores Deputados Rui Picchiochi, Inocêncio Cruz, Paulo Constantino e João Gralha do PS.** -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### ----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Após as inscrições para a intervenção no período antes da Ordem do Dia, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos Deputados da Assembleia Municipal: -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Paulo Tavares** – “Boa noite a todos, apenas para perguntar ao executivo camarário o que no futuro se pode fazer no sentido de melhorar a limpeza do concelho. Constatado que muitas ruas apresentam lixo, as bermas cheias de areia. Apresento dois casos que tenho acompanhado e tenho revisto no sentido de ver se há alguma melhoria, e essa melhoria nunca se verificou: Um caso é a paragem de autocarro junto à escola primária, que está desde o início suja e os vidros nunca viram limpeza, inclusive apresentam prospetos de alguém que quer trocar de cão, e que quer vender não sei o quê. Outro caso, constatei que no dia do vendal em todos os concelhos foram formados piquetes de limpeza e no nosso a avenida da estação a caruma amontoava-se e esteve assim todo fim de semana. Isto do vendal não tem só coisas más, por acaso mandou um outdoor para o chão que foi retirado, pena que não tivesse sido os dois, porque a rotunda com aqueles 2 outdoors grandes e 1 outdoor do partido comunista, não é o melhor cartão de visita para um concelho que quer apostar no turismo. Aquele outdoor até lá podia estar, mas com aquele aspecto ferrugento e ainda lá com as siglas do partido que o lá meteu, é que não. Se queremos apostar num concelho que se diz virado para o turismo temos de aumentar a limpeza e convido-vos também a visitar o Castelo de Almourol e a olhar para as bermas, lixo!, isto não pode acontecer. Do que vale eu ter um ferrari e as pessoas sentarem-se lá dentro e ficarem com o fato sujo.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado António Pereira** – “Só queria introduzir uma questão, que aliás já é a segunda vez que falo nela e que tem a ver com o acidente que aconteceu nas festas do concelho. Na altura questionei o Senhor Presidente da Câmara que disse que estava tudo bem, que o empreiteiro ou construtor se tinham responsabilizado por tudo. O certo é que foi com muita mágoa que nós ouvimos o programa da SIC em como o nosso concelho anda pelas bocas do mundo pelo pior motivo. Espero que o Senhor Presidente explique melhor do que aquilo que entendi, que a Câmara se descartou e a companhia de seguros igualmente. O empreiteiro pôs uma casa à disposição do

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

casal, não sei se paga renda ou o que se passa, mas a verdade é que fiquei com a impressão que a senhora se sente altamente injustiçada, porque aquilo era uma obra da Câmara, houve ali qualquer negligência na construção. Foi uma família destrocada, sinceramente gostava de ouvir o Senhor Presidente e penso que devia fazer-se mais alguma coisa do que passar a “bola” para a justiça ou para a companhia de seguros ou até mesmo para o empreiteiro.” ---

**= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira** – “Boa noite. Apenas 4 ou 5 questões. Gostaria de saber dada a discussão acelerada que houve na última sessão da Assembleia sobre a CIMT, com o problema do seu alargamento. O Senhor Presidente disse que ia pedir uma reunião extraordinária, essa reunião realizou-se? Qual o ponto de situação deste assunto.-----

Outra questão gostava de saber e já várias vezes falei porque é que o concelho Municipal de Segurança não reunia e tomava medidas e verifiquei que passado algum tempo, como acontece normalmente com muitas propostas, passados alguns meses vem-se a concretizar. No dia 17 de Janeiro houve uma reunião deste conselho e gostaria de saber o que é que se passou, que medidas foram tomadas. -----

Gostaria de saber a situação do PAEL, qual é neste momento a situação. -----

Outra situação e estamos na altura de saber uma vez que estamos no último ano deste mandato, qual a situação dos protocolos estabelecidos com a Águas do Centro bem como o que se passa com o Parque Galaxy. -----

Por último, gostaria de saber o seguinte, em 2011, faz agora 2 anos, o Senhor Presidente indicou-nos que tinha sido adjudicado a uma empresa por cerca de 600 mil euros, os percursos ribeirinhos. Essa obra não teve seguimento mas teve uma despesa. Gostava de saber quanto é que custou efectivamente a anulação do concurso e os gastos com os trabalhos que nunca tiveram andamento.” -----

**= Intervenção do Senhor Deputado Adelino Amaral** – “A junta de freguesia da Praia do Ribatejo está constantemente a ser interrogada sobre a situação do projecto de requalificação do mini golfe. Já aqui falei sobre isto, mas gostava de saber a situação em que se encontra este projecto. -----

Tivemos conhecimento que as Águas do Centro no que diz respeito ao projecto de saneamento tem previsto construir uma Etar na Praia do Ribatejo, local



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

onde está previsto a construção de um empreendimento turístico rural. A Junta de Freguesia, se assim for, estará contra essa localização. Gostava de saber a situação em que se encontra aquele pedido que nós fizemos para uma reunião com a Câmara para termos conhecimento da situação destes tipos de assuntos e para podermos debater para melhor apercebermos do que se passa. -----

Por último, gostaria de saber se a Câmara tem conhecimento da hidroelétrica do Zêzere, cuja empresa Triáguas tem um projecto para a zona entre Constância e Martinchel, fronteira entre Caneiro das Limeiras e Martinchel e se este assunto não seria objecto de um debate numa futura assembleia.” -----

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Eu queria saber se houve alguma evolução das candidaturas, da SIRA e do CUR, se há dinheiro, assim como qual o ponto de situação do Vale Seixo e Encosta da Capela. -----

Quero dizer ao Senhor Paulo Alexandre da Cunha Tavares que o placard que está na rotunda e que tem o símbolo do PCP, é utilizado para a colocação de alguma propaganda, uma vez que não temos acesso à comunicação e temos de andar sempre de mão em mão a entregar às pessoas, sendo assim, utilizamos de alguma forma os espaços públicos. Admito que da nossa parte possa haver algum descuido e penitencio-me disso. Não somos daqueles grupos ou partidos do arco do poder e para nós é sempre difícil e temos de utilizar de fato estes instrumentos que são possíveis. Agora estranho muito que o Senhor Paulo Alexandre da Cunha Tavares tenha tido uma saída destas, tenha ficado incomodado com a foice e com o martelo, principalmente depois de um ilustre representante do PSD estar incomodado com a Grândola Vila Morena. De fato, novos tempos vão surgindo por aí, mas, devo dizer que até que possa e tenha força continuarei a pôr propaganda nos locais públicos que é para nos verem, agora acho que foi uma provocação baixa para não chamar racista, revancista, mas de fato foi uma provocação que não estava a espera e estou em crer que os restantes elementos da bancada do PSD não se revêem nesse tipo de discurso. Foi uma saída muito infeliz. Era isto que tinha a dizer e acrescento que se aquilo estiver ali, deixe estar porque pode ser um contributo para o turismo, porque andamos na rua e se já há tanto tempo andam a dizer que

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eles vão acabar, assim, pelo menos ainda fica um placard, é sinal que estamos vivos.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Adriano Figueiredo** – “A minha intervenção refere-se ao programa que passou esta semana na SIC relacionado com o caso da família Madeira. Eu, pessoalmente demonstro alguma indignação com o que realmente se passou porque eu tenho acompanhado de perto o caso da Elsa, porque faço parte da direção dos bombeiros e responsável pela Banda Filarmónica. O acidente ocorreu numa atividade da banda. O que eu queria dizer aqui é que estes programas têm algum aproveitamento dos seus intervenientes e acho que houve aqui dois aproveitamentos do programa. Primeiro foi denegrir as instituições intervenientes nisto tudo, ou seja, disse mal de tudo mas não se disse bem de nada, disse que a Câmara se descartou e que não houve apoio. Agora pergunto eu, como o Senhor Pereira falou e é verdade, eles estão numa casa que a empresa que fez a obra disponibilizou, eles têm uma cadeira de rodas que quem deu foi a Associação Humanitária dos Bombeiros, aquele dinheiro que nós directores despendemos é dinheiro dos sócios, ou seja a Associação deu uma cadeira no valor de 2000 euros. A Associação Humanitária dos Bombeiros não se descartou das suas responsabilidades. Durante o tempo que a Elsa Madeira esteve hospitalizada a Associação disponibilizou transporte para a família ir visitá-la e não foi dito nada disto no programa, por isso, eu estou indignado com o que realmente se passou porque disse que as pessoas se descartaram, mas não disse que foram apoiados aqui e acolá. Eu, pessoalmente vou falar com o Madeira e vou dizer isto, que estou descontente porque as pessoas intervenientes neste caso não se descartaram assim, claro que estão descontentes, todos nós sabemos que estes casos com os seguros são morosos, se calhar vai levar alguns anos a resolver mas estou convencido que se vai resolver.” -----

**Solicitou novamente a palavra o Senhor Deputado Paulo Tavares e disse: -**

= **Intervenção do Senhor Deputado Paulo Tavares** – “Quero apenas frisar ao Senhor Deputado João Filipe Ricardo que quando indiquei o outdoor do partido comunista ou do sindicato, a critica foi simplesmente para apontar que era um outdoor e não que era o outdoor do partido comunista porque pode pôr os outdoors que quizer e onde quizer. A Câmara é que autoriza a sua

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

localização e segundo estou ciente, esse outdoor até impede a mobilidade dos cidadãos com deficiência, à semelhança dos candeeiros que vão desde essa rotunda até ao Soltejo. Mas, se o Senhor se sentiu tão apontado e tão ofendido peço desculpa por frisar o nome do partido comunista português.” -----

**Dada novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu o Senhores Deputados do seguinte:** -----

**= Limpeza do concelho** - “Em relação à melhoria da limpeza é um assunto que todos nós ambicionamos embora não possa concordar com uma visão de que parece quase péssima. A descrição feita pelo Paulo Tavares não corresponde minimamente à realidade e seria bom que quando falássemos na questão da limpeza também tivesse pelo menos 5% da intervenção a falar sobre aqueles que sujam, que têm tantas papeleiras e atiram as coisas para o chão. Podia ser que 95% a criticar a Câmara e 5% a criticar quem suja, seria mais justo pois os recursos são poucos e os Municípes não colaboram. -----

**= Vendaval e limpeza** - Relativamente ao vendaval eu de facto acompanhei uma série de trabalhos e por vezes temos tendência a pensar que o concelho é mais ou menos a zona onde moramos, mas é mais que isso. Ao mesmo tempo havia situações nas Limeiras, Madeiras, Parque Empresarial, Moita do Norte e portanto a prioridade durante o fim de semana, essencialmente no sábado, foi para repor a normalidade em termos de árvores que caíram e outras grandes situações. Penso que não houve problema nenhum com a caruma na EN3 e na segunda feira, primeiro dia útil, foi retirada, também para se evitar horas extraordinárias que já foram bastantes durante o sábado. -----

**= Outdoors na Rotunda** - Em relação aos outdoors, quer dizer que não compreendo. A Câmara Municipal fez um estudo que eu não sei se depois tomamos até como deliberação para que o concelho não andasse a reboque de eventuais pedidos de licenciamento, foi definir determinados locais onde poderiam e deveriam ficar outdoors. Estamos a falar de outdoors com a dimensão de 24m<sup>2</sup>, de 8x3. Quer a arquitecta, quer quem apreciou o assunto e quer os políticos que viram esse trabalho, consideramos que de facto que os locais mais adequados seria junto à rotunda em vez de se colocarem na entrada do parque ribeirinho ou até mesmo junto ao Castelo de Almourol. Francamente não percebo a intervenção em relação aos outdoors. -----

**= Acidente de Elsa Madeira** - Quanto à situação que foi aqui referida por

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dois membros desta assembleia e que diz respeito ao acidente da família Madeira eu, tal como o Senhor António Pereira, também fiquei com mágoa quando vi o programa e até ficava se calhar msis, se não conhecesse nada do processo, até talvez revoltado contra as instituições. Eu não quero dizer muito sobre isto porque o que eu gostaria é que pudesse haver uma maneira para que a pessoa que ficou com as mazelas os deixasse de ter, mas, infelizmente isso não é possível e não há nada que possa fazer ou dizer com que a pessoa fique bem. Agora, quem vê aquela reportagem vê alguém que teve um acidente brutal e que ficou até ao dia da reportagem completamente ao abandono. Desculpem mas isso não é minimamente verdade, eu no dia seguinte estive na casa onde primitivamente viviam, uma casa velha, sem as mínimas condições de habitabilidade, que dentro do mesmo piso, havia níveis diferentes com degraus, uma casa minúscula e apesar de tudo conseguiu-se que quando regressasse do hospital, entre as várias opções que se colocaram, até de uma vivenda na Moita do Norte que a família não quis porque tinha de ser na Barquinha, que fosse para uma casa nova, a estriar, do qual foram feitas obras de abertura de portões nas traseiras, de construção de rampa. O sub empreiteiro que assumiu as responsabilidades, foi ele que adquiriu a casa e a disponibilizou, tudo isto em muito pouco tempo. É muito fácil dizer mas é difícil de se concretizar. Para os bombeiros, aquilo que eu senti, terão certamente sentido após de terem disponibilizado todos os meios. Aquilo que não há dúvida nenhuma e tem razão, é que o assunto devia de estar resolvido, devia de haver adiantamento dos seguros, devia de estar definido uma indemnização, mas há situações que por mais que estejamos empenhados não conseguimos resolver. -----

A Câmara Municipal infelizmente teve um acidente de trabalho à 3 anos e meio de um funcionário que perdeu uma perna num acidente e só a 3, 4 meses depois é que recebeu a indemnização a que tinha direito. De facto, há situações onde não conseguimos de todo resolver e portanto aquilo que quero dizer é que o que for necessário à família, salvo as questões das indemnizações e as questões definitivas, tudo será feito, inclusivamente, se não houver adiantamentos que deviam haver, os medicamentos que tomarem que advierem desta nova realidade e possa ser adiantado em espécie até pelos próprios bombeiros, se outra entidade entretanto o não fizer será a Câmara

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que irá ressarcir os bombeiros. A Câmara nunca irá retirar as responsabilidades e se houvesse qualquer vazão é evidente que a Câmara assumia as suas responsabilidades, sabemos todos como são os seguros, nós fizemos um relatório, enviamos para o tribunal judicial do Entroncamento e as coisas estão a seguir os seus trâmites. -----

= **CIMT** - Relativamente à CIMT e apesar da resistência de algumas pessoas que se calhar até sentiam como estratégia que nos unissemos até a Castelo Branco e Idanha a Nova. Houve o bom senso e passado 4, 5 dias, após deliberação e discussão, do qual também fizemos, foi readiscutida a proposta e voltou-se atrás relativamente a essa situação e integraram apenas na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, os Municípios de Vila de Rei e da Sertã, passamos de 11 Municípios para 13, mantendo assim as mesmas características no essencial. -----

= **Conselho Municipal de Segurança** - Em relação ao Conselho Municipal de Segurança, este não toma deliberações nem medidas, não é essa a função, mas criando-se um sentimento de insegurança faz todo o sentido que reuna e foi por isso que solicitei à GNR que apresentasse as estatísticas. Concluimos que relativamente ao concelho de Vila Nova da Barquinha não temos alteração, felizmente, daquilo que são os valores de criminalidade que durante este século tem havido no concelho. Não há razões para alarme, há sim razões de alarme relativamente ao número de efectivos e é essa a profunda preocupação. Após esta reunião tive oportunidade de fazer sentir de que o número de efectivos com algumas reformas em curso leva a que a operacionalidade do posto fique claramente em causa. Considerando as funções de secretaria, atendimento, folgas, férias se este posto passa a ter 14 / 15 operacionais. É evidente que é uma situação preocupante. -----

= **PAEL** - Relativamente ao PAEL não está ainda aprovado e só à 2/3 semanas é que cerca de 30 Municípios tem o PAEL aprovado e tendo nós tde fazer uma alteração para não entrar numa interpretação jurídica. O que se passava é que eram elegíveis para efeitos do PAEL as facturas que a 31 de Março de 2012 tinham já 90 dias de mora e nós tínhamos facturas com a data de dezembro de 2011, facturas essas que estavam a pronto pagamento e nós consideramos desse ponto de vista que seriam elegíveis. A discussão com o Tribunal de Contas levou-nos a desistir de retirar essas facturas e de um valor de 150 mil



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

euros passamos para 741 mil euros, isto veio determinar que tivéssemos de solicitar à Secretária de Estado uma adenda ao próprio contrato, portanto entre solicitar novas adendas, aprovação de minutas, celebração de novas adendas e envio para o Tribunal de Contas. Neste momento ainda não temos o visto, logo não recebemos ainda as verbas do PAEL, esperamos que durante o mês de Março, a situação fique completamente resolvida. -----

= **Águas do Centro** - Quanto aos protocolos com as Águas do Centro, é uma situação que neste momento está a desenrolar-se e finalmente, a primeira obra já está concluída, a estação elevatória. Está em adjudicação a obra adutora da Atalaia e está em fase de projecto todo o saneamento e Etar da Praia do Ribatejo. -----

= **Limpeza do concelho** - Em relação ao Galaxy Park a única novidade que existe é que houve um pedido de prorrogação da validade relativamente à guia da declaração ambiental, que foi aprovada pelo governo. Em relação ao investimento não há nada de novo. -----

= **Percursos Ribeirinhos** - Em relação aos percursos ribeirinhos, nós tivemos no final de 2011 a candidatura aprovada. Durante o ano de 2012 o governo optou por fazer uma operação em que tirou um conjunto de contratos aos Municípios com financiamento desde a execução, um dos contratos foi “apanhado” nesse âmbito foi o dos percursos ribeirinhos. A verba que estava realizada corresponde à obra feita, ou seja, a estação de serviço das autocaravanas, a qual fazia parte da candidatura e foi participado em 85%. O custo será aproveitado quando o projecto for retomado, assim como os custos inerentes ao próprio concurso do qual não chegamos a fazer a consignação. -----

= **Obras na Praia do Ribatejo** - Quanto às questões do Senhor Adelino Amaral dizer que a obra da Boucinha na Praia do Ribatejo está prevista iniciar-se no mês de Março, está adjudicada e assinada com a empresa. Relativamente à hidroeléctrica do Zêzere quero dizer-lhe que não temos qualquer conhecimento de existência deste projecto, sabemos que andaram a fazer sondagens no local, mas do que isso deu, não tenho conhecimento. -----

= **SIRA e CUR** - Em resposta ao Senhor João Filipe Ricardo dizer que em relação à SIRA e ao Clube União e Recreios temos tido reuniões com estes dois clubes. No primeiro caso a informação que temos é que vai haver uma

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia Geral para saber se a associação avança ou não com a obra, da parte da Câmara há disponibilidade para acompanhar na componente nacional. No segundo caso estamos já a executar aquilo que será o protocolo final com o Clube União, o que indica que esta obra vai realizar-se. -----

**= Estrada de Vale Seixo e Encosta da Capela** – É uma candidatura que está neste momento em aprovação em termos dos fundos comunitários e relativamente à encosta da Capela a obra foi agora retomada e já tem uma parte do financiamento, esperamos que até Abril a obra possa estar concluída. Em relação à Grândola Vila Morena eu acho que mais revolucionário é cantarmos «a paz, o pão, povo, liberdade, todos sempre unidos no caminho da verdade» porque o que faz falta é esta canção que todos deviam cantar. Só um comentário muito rápido: Não posso deixar de achar curioso que relativamente a esta questão das manifestações, que haja agora um coro de indignação e que é um atentado ao estado democrático, quando por exemplo o Senhor Presidente da República que tem tido e teve situações bastantes desagradáveis pouco se tem referido e que relativamente a uma personagem que é o que é, haja uma vitimização. Se calhar a vitimização é uma arma dos fracos. -----

**Dada a palavra aos Senhores Deputados exposeram o seguinte:** -----

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Em relação às Águas do Centro e as Etar’s quando se refere à Praia do Ribatejo estamos a pôr de lado as Limeiras. Quando é que nas Limeiras as pessoas poderão ter o seu problema resolvido, continuamos na mesma, não se sabe muito bem, mas há um compromisso da parte das Águas do Centro de avançar, aliás o compromisso deles é para todo o concelho.” -----

**Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara informou os Senhores Deputados do seguinte:** -----

“A situação nas Limeiras e Madeiras é uma situação mais complicada mas não é pela Etar, porque a Etar em populações pequenas não é muito complicada. Aquilo que é o investimento mais relevante e muito pesado é a rede em baixa, a rede dos próprios esgotos. Relativamente às Madeiras o que se achou por bem tecnicamente é de que existindo rede em baixa, a Etar que vai ser feita na Praia do Ribatejo servirá já as próprias Madeiras. Em relação às Limeiras a Etar não é uma situação difícil embora não haja projecto e o que de fato se torna difícil é a rede em baixa.” -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Dada a palavra aos Senhores Deputados expuseram o seguinte: -----**

**= Intervenção do Senhor Deputado António Pereira** – “Ainda é sobre aquele acidente que vimos falando. Diz-se por aí que os escombros foram retirados à pressa, não sei por quem e devíamos saber pois isso pode levar à ideia de que quiseram ocultar as provas. -----

Também queria esclarecer que o que está aqui em causa não é calar as vozes, nem é a pessoa que está em causa, é de facto uns que querem falar por cima dos outros e não pode ser assim, nós temos todos o direito de falar e ser ouvidos e de fato uns pensam que são mais do que os outros, eles podem dizer tudo o que lhes apetece e os outros não podem falar. No tempo do primeiro Ministro Sócrates houve pessoas que estavam a falar correto como depois se veio julgar e levaram processos disciplinares como é o caso do professor da direcção do norte, professor Charrua e haverá muitos mais casos por aí.” -----

**Dada novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara informou os Senhores Deputados do seguinte: -----**

“Ainda relativamente à questão do acidente eu próprio terei sido em termos de executivo a primeira pessoa a chegar ao local, o murete que caiu não foi retirado nem deixei que fosse retirado enquanto o Pérsio Basso, funcionário da Câmara, para quem telefonei, fotografasse tudo, portanto está tudo fotografado. Tudo foi retirado mais tarde e está tudo documentado no Ministério Público.” -----

### **----- ATENDIMENTO AO PÚBLICO -----**

**----- Nesta altura, Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração dos Senhores Deputados, nos termos regimentais, a proposta de passagem ao período destinado à intervenção do Público, o que foi aprovada por unanimidade. Para se pronunciar inscreveu-se o Senhor Município Carlos Dias; -----**

**Município Carlos Dias** – “Boa noite a todos os presentes. Em primeiro lugar eu quero agradecer os esclarecimentos que foram dados relativamente ao acidente da Elsa Madeira porque eu também vi o programa em diferido e falei com ela, do qual fiquei muito chocado com o que foi dito. Hoje fiquei esclarecido parece que não é tão bem como foi dito na reportagem e até alguns dados que ela também me deu. -----

Em relação aos temas de hoje, tenho quatro perguntas a fazer. As perguntas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

são feitas ao Senhor Presidente da Câmara e não de Câmara, porque são dirigidos ao Senhor Presidente da Câmara de Vila Nova da Barquinha e não de outro modo, para não haver confusão com o “de” ou com o “da”, que existe à volta da Lei dos Limites de mandato mas que hoje a Presidência da República esclareceu. -----

Tendo a Câmara uma série de regulamentos e taxas, nomeadamente regulamento resíduos sólidos urbanos, higiene e salubridade, eu pretendo saber a quem cabe levantar os autos e passar as respectivas coimas é que os passeios e o parque ribeirinho estão cheios de dejectos de cães. Os cães andam à solta no parque sem as respectivas trelas e ninguém é autuado. A GNR diz que o parque não é com ela, os fiscais da Câmara não atuam, será que num destes dias posso ir com uma mota para o parque ribeirinho e ninguém faz nada. -----

O Politécnico de Tomar já entregou o orçamento para a reparação da carta régia D. Maria II? Se sim pode-se saber qual o custo e decisão da Câmara? ----

A Câmara já cumpriu o disposto no Decreto Lei 164/97 e a Lei 67/2001 referente ao património cultural nomeadamente ao que refere o inventário de todo o espólio fotográfico e não só da autarquia. -----

Sendo o vice presidente da Câmara simultaneamente vice presidente do Centro de Interpretação de Arqueologia de Vila Nova da Barquinha e à época dos fatos o vereador da cultura desconhece onde esteve e para onde foi o brasão encontrado junto ao convento do Loreto. -----

Estas foram as quatro perguntas e agora só um pequeno comentário à parte em relação à vila Morena. Eu acho muito bem e concordo que se use o Grândola Vila Morena como forma de protesto, em vez de andarmos à pedrada, aos tiros, a incendiar carros e a partir montras. Se for necessário por qualquer motivo eu próprio nesta assembleia também cantarei e vou desafinar como o outro mas ao menos sei a letra. -----

Depois das 24 horas, ou seja amanhã, faz anos que Zeca Afonso faleceu, 26 anos. Fiz um video que fala da grande utilização do Grândola Vila Morena e quem tiver acesso à minha página no facebook da política, atentem às palavras dele ditas após o 25 de Abril acerca do abuso da canção e vão perceber o momento atual.” -----

**Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu o Município**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Carlos Dias do seguinte:** -----

Ao eleitor 1042 de Vila Nova da Barquinha, também conhecido por Carlos Dias esclarecer que relativamente à questão dos cães aprovamos recentemente novo regulamento e a sua fiscalização cabe aos serviços de fiscalização da Câmara e à GNR. A GNR não pode dizer que não é sua responsabilidade, e aliás não é a primeira vez que oiço isso. Eu próprio confrontei o comandante do posto com o eventual fato, era o que mais faltava era que o parque fosse um espaço sem lei, onde se pudesse fazer tudo porque ali, a GNR não atuaria. Deve haver qualquer equívoco porque isso seria inacreditável. -----

Relativamente ao orçamento do documento, o vereador Freire mostrou-me agora uma insistência para com o Instituto Politécnico de Tomar datada de 02/02/2013, justamente para que fosse remetido o referido orçamento porque ainda não o recebemos. -----

Quanto ao espólio de fotografia, fazemos dentro das nossas possibilidades aquilo nos é possível, não sei especificamente qual a alínea e artigo da lei, mas tentamos zelar da melhor forma pelo património da Câmara Municipal. -----

Relativamente ao brasão parece que nenhum dos presentes tem algo a adiantar sobre este assunto. -----

-----/---/-----

**Neste momento o Senhor Presidente da Assembleia propôs aos Senhores Deputados um intervalo, o que se fez pelo período de 10 minutos.** -----

-----/---/-----

***Ponto Dois – Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea e) do nº1, do art. 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro.*** ----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar a informação da actividade municipal ao abrigo da alínea e) do nº1, artigo 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **(vide anexo 5)** -----

**Foi concedida a palavra aos Senhores Deputados a fim de solicitar os seguintes esclarecimentos:** -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira** – “Sobre a informação escrita do Senhor Presidente apenas duas ou três questões. -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A primeira sobre os processos judiciais. Há aqui vários processos e agora começam a aparecer outros que gostaria de ser informado. Nalguns indica que não foram pagas por dificuldades de Câmara em proceder ao pagamento, alguns até já se arrastam há muito tempo, gostava de saber se também estão no PAEL. Em relação ao processo de expropriação qual é a situação atual. O processo por falta de pagamento como a empresa Alpeso em que coloca a Câmara em Tribunal e o já número de processos em que a Câmara está envolvida, pergunto se alguns deles não há a hipótese de ser resolvido mais rápido independentemente, daqueles que dependem da justiça ou até que aguardam decisão do Tribunal Constitucional. -----

Outra situação, verifico aqui que nas transferências de verbas para as juntas nada vem para a Junta de Freguesia de Moita do Norte, continua aqui uma verba de 15.400€. O processo do Jardim da Nora anda ou não. Ainda em relação a este Jardim temos ali um caso de saúde pública, existe lá um parque infantil que não corresponde minimamente ao que hoje é exigido pela lei e segundo dizem alguns teria lá havido uma mudança de areia mas verifica-se que os cães continuam lá e as crianças a brincar naquela zona. Eu julgo, que quando se substituiu a areia deveria ter-se procedido para que ficasse aquilo vedado e assim evitasse aquele problema. -----

Qual a razão das alterações do nome que tem surgido ultimamente ao concelho, agora o concelho deixou de ser Vila Nova da Barquinha para ser “Ciência e Arte”. Antigamente era o Almourol das Contemporâneas, isto quer parecer que estamos a esquecer que o concelho se chama Vila Nova da Barquinha.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado António Pereira** – “Os documentos que nos foram dados não são elucidativos sobre o processo do centro náutico, de fato, não se consegue perceber o que se passa com aquilo. Em relação ao processo da Alpeso, pergunto que obras foram aquelas, eram obras assim tão urgentes de se fazer e depois não haver dinheiro para as pagar. -----

Outra coisa que não consegui perceber nos documentos é que ouvi dizer que a Câmara tinha abatido na dívida 5 milhões, penso que vi num jornal, mas agora aqui pelos documentos não consigo chegar a essa conclusão.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Valter Caldeira** – “Em relação à área da educação estão aqui alguns quadros que são de alguma forma positivos. Em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

relação à alimentação eu gostava de saber qual é o custo efectivo de refeição por aluno, pois aqui aparece uma comparticipação de 0,11€ do Ministério da Educação. -----

Nas actividades de enriquecimento curricular, nas AEC'S aparece também um quadro na informação escrita, onde aparece a comparticipação do Ministério de Educação de 75.337€, assim, como as tranches trimestrais. Esta transferência que aparece do Município de 26.562€ é anual? Desculpem estar sempre a falar no mesmo assunto mas o fato de não haver concurso para as AEC'S faz-me confusão, aliás até me admira porque é que o Ministério da Educação não pede concurso, porque sei que há zonas que pedem concurso e concorre mais do que uma empresa. O Senhor Presidente já explicou que isto é quase um costume da casa, a única empresa a concorrer é efectivamente essa que tem assumido as AEC'S. Digamos então que o custo efectivo são os 26.562€ anuais? -----

Gostava de ver ainda antes do final deste mandato o estudo dos transportes escolares, foi aquela parte que na última acta é focado que eu realmente disse qualquer coisa sobre os lugares dos transportes escolares, mas, a minha ideia não era tanto a lotação do autocarro, eu perguntei efectivamente qual era o número de lugares para tentar conseguir perceber qual é o custo por aluno do transportes escolar. Isto vem da comparação que tentamos fazer se será mais positivo ou não entregar a uma empresa esse trabalho. O Senhor Presidente também já disse que estava a fazer esse calculo mas gostava de saber qual é o custo efectivo por aluno.” -----

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “a minha questão também é do jardim da nora, ele não vem aqui referido a sua intervenção, porque de fato é uma situação que se arrasta a anos e gostaria também que a Câmara se pronunciasse sobre isto e que dissesse de uma vez por todas o que é que pretende. Quando é que a obra avança e quando é que definitivamente se resolve o problema que se tem arrastado na Junta de Freguesia de Moita do Norte e que já parece o “elefante branco”. Nesse sentido gostaria que me explicasse e me dissesse o que é que de fato está previsto para ali, quais são os prazos, quando é que aquilo acaba e quando é que se faz ali a intervenção. A Câmara tem um contrato de manutenção do espaço público aqui à nossa frente, o parque ribeirinho, com uma empresa que teve aqui algum tempo, que

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

teve contrato com a Câmara depois de ser feito concurso. Entretanto os serviços com essa empresa terminaram por dificuldades da mesma, isso foi entregue a alguém ou não? Se foi entregue a alguém houve algum concurso? Porque o que me sou e depois vocês dirão é que a manutenção passou para outra empresa, pois esta estava com dificuldades e largou o serviço e entretanto a outra já está a trabalhar e o concurso não existiu.” -----

### **Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados do seguinte:** -----

“Relativamente aos processo judiciais e a questão da Alpeso, estão aqui duas situações distintas. Uma é que nós não achamos que há direito de trabalhos a mais. Dizer que isto diz respeito à obra do edifício antigo da Câmara Municipal, apesar de ter feito também o Jardim de Infância de Moita do Norte, mas as questões letigiosas dizem respeito ao edifício da Câmara. Uma é letigiosa outra não, nós reconhecemos o valor em dívida infelizmente está entre as facturas que estão incluídas no PAEL e se nós pagarmos antes de recebermos do PAEL, perdemos esse financiamento. Não é um letigio propriamente dito mas a empresa entendeu atuar assim. Relativamente à questão da expropriação é uma situação que vou verificar numa próxima assembleia porque há aqui uma série de casos que podem já ser retirados. Há um despacho da Relação de Évora que determina «o desentranhamento do requerimento, visto o recorrente não ter pago a taxa de justiça devida, assim como a multa sendo as custas do incidente da responsabilidade do recorrente». Eu julgo que este processo já está terminado e poderá daqui sair. Houve um pedido de indemnização, quer à Câmara quer ao Presidente da Câmara, do qual dos recursos nada resultou. O assunto para nós é como estivesse arrumado, mas o que é certo é que ele ainda aqui está mencionado. – Em relação ao jardim da nora é uma situação que não está “no ponto” em que gostaríamos que ele estivesse. Aliás, a Câmara Municipal em devido tempo fez um projecto que transformava com grande dignidade aquele espaço, esse projecto está aqui nos serviços, agora pelas razões que todos conhecem não podemos partir para a obra sem financiamento em função do que é a nossa realidade, mas de fato esse investimento não irá para a frente em 2013. Uma intervenção um pouco mais pesada porque a área é maior e tem mais equipamentos que é o da Encosta da Capela, do qual se arrasta a algum



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tempo e essa ainda não foi possível conseguir-se algum financiamento. Aquilo que é em sede de projecto, o trabalho está feito, quando tiver enquadramento a Câmara partirá para a sua concretização, isto estamos a falar de um valor que anda entre os 150 e 200 mil euros. -----

Quanto à questão da designação esta não está em causa, tudo isto tem a ver com o fato de num âmbito de uma reprogramação de uma candidatura termos conseguido que a CCDR nos aprovasse uma verba para a divulgação daquilo que são dois investimentos importantes, um na área da arte e outro na área da ciência que será de 8 a 13 de Junho e as pessoas da arte e do designer fazem um “trocadilho” entre Vila Nova, depois tem Barquinha e pelo meio tem ciência e a arte. Não está em causa nenhuma mudança, mas de fato potencia duas áreas onde o Município tem investido. -----

Relativamente à dívida isso concerteza será assunto da próxima assembleia com mais promenor mas o 5 mil euros dizem respeito à diferença entre 31/12/2011, em que o valor total em dívida era ligeiramente superior a 12 milhões de euros e portanto é certo que o valor total em dívida nas contas será inferior a esse valor. Não temos as contas aprovadas e a expectativa é que possamos até ultrapassar este valor e lembro-vos também que tínhamos aqui assumido que durante 2012 haveria uma descida de 4 milhões de euros. Não houve nenhum milagre, houve recebimento de verbas do qual a Câmara tinha feito o investimento mas não tinha recebido, daí haver um grande deferimento entre a realização da despesa e o recebimento das participações. -----

Em relação à educação o custo por aluno/refeição é de 1,46€. -----

Em relação às AEC'S não se trata de um valor de 25 mil euros mas sim de um valor de 75 mil euros, aqui não é tanto a questão da prática da casa, mas o próprio agrupamento e na análise que faz sobre o desenvolvimento destas actividades consideram muito positiva a actuação da empresa, que neste caso, é parceira na realização das actividades de enriquecimento curricular. É o próprio agrupamento que faz esse reconhecimento aquando as avaliações. -----

Quanto aos transportes escolares é preciso também notar de que muitas vezes o benefício e a análise deste custo de ser feito em termos direto ou por via de uma empresa tem também em conta não apenas o que é o custo financeiro mas a adaptação e personalização de serem transportados directamente pela Câmara Municipal. Em termos de tempo de espera e adaptação aos horários é

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

muito mais fácil ser feito pela Câmara Municipal e isso também tem que ser valorizado principalmente quando estamos a falar de crianças. -----

Relativamente à manutenção do parque ribeirinho houve uma alteração, o valor é exactamente o mesmo e como estava dentro dos limites do ajuste directo efectuou-se por um ano, tal como foi feito com a EN3. Fez-se um ajuste directo, mas mais tarde se a Câmara juntar vários espaços verdes terá que fazer um concurso limitado ou público. Interessava à Câmara no caso da EN3 que o prestador de serviço da área dos verdes, foi quem fez a obra, se mantivesse por mais um ano e fez-se um ajuste directo porque o que vier a acontecer nos verdes nunca poderá importar ao prestador de serviços anterior ou quem fez a obra, porque neste caso é a mesma empresa.” -----

**Explicação ao Senhor João Filipe Ricardo que entrevistou mas não ligou o micro.** -----

“A Câmara Municipal tem vários espaços verdes, se por acaso juntar os grandes espaços verdes que cuja manutenção é feita por empresas, se juntar num único contrato o valor determina que terá de se abrir concurso, no caso da EN3 convinha manter o mesmo prestador de serviço pelas razões que invoquei. Nós temos a situação repartida, não fizemos concurso único e assim permite fazer concurso dentro dos limites do ajuste directo.” -----

**Dada a palavra ao Senhor Deputado Valter Caldeira questionou o Senhor Presidente da Câmara do seguinte:** -----

“As AEC’S não têm a ver com a Câmara, ou seja é o Agrupamento que defini qual é a empresa que vai fazer as AEC’S?” -----

**Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu o Senhor Deputado do seguinte:** -----

“Não define mas tem uma opinião ponderante, se a avaliação no final do ano for negativa essa empresa nem é convidada, aliás já aconteceu no caso do inglês, que houve um ano em que as coisas correram mal e essa empresa deixou de ser convidada.” -----

**Dada novamente a palavra ao Senhor Deputado Valter Caldeira questionou o Senhor Presidente da Câmara do seguinte:** -----

“Eu tinha a ideia de ser a Câmara, que era da sua competência, daí a minha razão, eu não conheço, oiço algum “feedback” do serviço e se falamos de educação de excelência, uma clareza numa situação que já envolve alguns

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

milhares, possamos permitir que outras empresas da concorrência, porque a concorrência traz qualidade.-----

Em relação ao transporte não foi feito estudo e não se sabe o custo do aluno. Eu não ponho em causa o que está a dizer, concordo e partilho que há outro tipo mas não há um custo por aluno.” -----

**Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara explicou o seguinte: -----**

“Há um estudo, há valores globais, estudo esse feito em sede da Comunidade Intermunicipal, do qual vou pedir ao Vereador Freire que lhe disponibilize a parte que corresponde ao concelho de Vila Nova da Barquinha, para poder apreciar.” -----

**Ponto Três – Alteração ao Regulamento Municipal e Tabela de Taxas e Licenças. -----**

**Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que fez uma pequena explicação do ponto acima referido; -----**

É apenas uma questão muito simples, nós tínhamos a intenção e chegamos a deliberar na Câmara Municipal relativamente às áreas que não tem rede de saneamento básico, de pudermos vir a dar uma isenção de uma limpeza de fossa por ano, isto por razões que poderei depois explicitar. O que é certo é que detectamos que o regulamento municipal de tabela, taxas e licenças não permitia essas isenções, no caso específico de pessoas singulares ou outros casos devidamente fundamentados.” -----

**Dada a palavra aos Senhores Deputados para intervirem inscreveram-se os seguintes Deputados: -----**

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Em relação aos casos específicos o que é que a Câmara considera casos específicos, pessoas singulares ou outro caso. Isto aqui pode estar muita coisa, afinal quais são os critérios. A questão das Limeiras concerteza estará aqui abrangida e também devo dizer que em ano de eleições, caí bem. Eu queria chamar a atenção o seguinte: - As Águas do Centro, deveria haver alguma pressão e do que está protocolado, o que é que está feito? Porque neste momento a responsabilidade passou para as Águas do Centro. É bom que a Câmara vá andando atenta a estas situações porque é urgente e a população das Limeiras e das Madeiras merecem, passados tantos anos do 25 de Abril que o saneamento chegue lá acima.” -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= **Intervenção do Senhor Deputado Paulo Tavares** – “Esta alteração ao regulamento vem pôr um ponto final naquela situação que foi frisada na última assembleia, pessoas que tenham uma fossa séptica em que há necessidade de limpar não vai ter custo algum sobre isso, não é? O custo associado ao recibo da água é relevante e portanto vai pagar. Nas Madeiras as pessoas não pagam saneamento? Não pagam, então fiquei esclarecido. -----  
Eu gostaria de ver também, mas são casos muito particulares, de quem é servido pelos esgotos domésticos, quando existe problemas que são da responsabilidades da Câmara Municipal, se calhar deveria haver uma possível indemnização por danos causados aos utentes, porque por vezes as pessoas ficam com os quintais e casas inundadas do esgoto doméstico, devido a condições climáticas ou adversas, mas que a responsabilidade não é deles. Gostava que de futuro isso fosse contemplado em algum lado porque hoje em dia exige-se tudo, as taxas são elevadas mas quando há uma enchurrada ou chuvada mais acentuada os quintais ficam inundados do esgoto. -----

**Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu os senhores deputados do seguinte:** -----

“O que nós neste momento estamos aqui a decidir não é nenhuma isenção em concreto é a possibilidade de isenção. Esclarecer que a motivação desta eventual isenção encerra aqui também o problema ambiental e isto para evitar, porque a partir do momento em que uma das limpezas por ano até é gratuita não há motivo nenhum para que fossas corram para valas, para áreas florestais ou outras como alguns casos são conhecidos. Quem está nestas situações, quem não tem saneamento básico é evidente que não paga a taxa de saneamento básico, aquilo que paga é a prestação de um serviço. Esse serviço, é um serviço que em média anda nos 25€/30€ e acaba por pagar de forma diferente, aqui é de facto estimular que estas situações análogas, até do ponto de vista ambiental, não ocorram. Em relação aos casos específicos trata-se de uma norma de escape mas é evidente que carece de fundamentação, não é apenas dizer que se dá. Em relação a eventuais situações de responsabilidade há aqui também que referir, que quem está em situações abaixo da quota, abaixo do próprio esgoto também tem obrigação de ter uma válvula de retenção justamente para não permitir esse retorno.” -----

**Tendo sido colocada à votação a Alteração ao Regulamento Municipal e**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Tabela de Taxas e Licenças, este foi aprovado por unanimidade dos Senhores Deputados Rui Monteiro Picciochi, João Gralha, Manuel da Costa, Paulo Constantino, José Chambel, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, Inocêncio Cruz, Adriano Cordeiro, António Constantino, Adelino Amaral, Paulo Bento, Manuel Cardoso e Nuno Gameiro do PS, António Pereira, Paulo Tavares, Eduardo de Oliveira e Valter Caldeira do PPD/PSD.CDS-PP e João Filipe Ricardo da CDU, aprovar a referida alteração.** -----

**---Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos.** -----

***Ponto Quatro – Abertura de procedimentos Concurais com vista à Constituição de Relações Jurídicas de Emprego Público.*** -----

**Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que fez uma pequena explicação do ponto acima referido;** -----

“O que é exigido pelo orçamento de estado relativamente aos procedimentos de recrutamento leva-nos ao pedido de autorização desta assembleia para abertura de 11 procedimentos concursais. Dizer que isto não irá corresponder a mais despesa, não irá corresponder a um aumento do número de funcionários, corresponde apenas a funcionários que consideramos imprescindíveis para o funcionamento dos serviços que estão com contrato a termo certo e que termina durante este ano e que por essa via, estamos desde já a iniciar os procedimentos. Relativamente à descida dos 2% a Câmara tem feito o cumprimento dessa exigência que já no ano passado vigorava, de 173 funcionários passamos para 167, aliás 166 pois houve o deferimento de uma reforma, desse ponto de vista estamos a cumprir. Destes 166 funcionários, 71 funcionários estão na área da educação que eram as competências anteriores e ao contrato de execução estaremos com menos de 100 funcionários para todas as outras áreas. A contratação que derivar desta autorização coincidirá com a extinção do termo, contratos já existentes neste momento.” -----

**Dada a palavra aos senhores Deputados questionaram o Senhor Presidente do seguinte:** -----

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo –** “Estes 8 funcionários que vão estar atritos às escolas que serão assistentes operacionais ou auxiliares de acção educativa vão ficar atritos a que serviço? -

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= **Intervenção do Senhor Deputado António Pereira** – “Peço para ser esclarecido pois tenho muitas dúvidas disto tudo, também não tenho acompanhado o problema dos recursos humanos, não sei bem qual o ponto de situação. Então quer dizer, eles entraram para a Câmara possivelmente escolhidos sem concurso e agora abre-se um concurso externo ou este procedimento concursal é só para aquele indivíduo? Assim é complicado acaba por entrar no emprego público, coloca-se uma pessoas e não se abriu um concurso externo ou interno.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz** – “A minha dúvida também é um pouco essa, isto é uma integração ou um concurso externo? Pelas palavras do Senhor Presidente deu-me a sensação que era uma integração mas eu penso que seja concurso externo.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira** – “As dúvidas já nós todos entendemos, isto já estava preparado. A minha dúvida é, quando foi apresentado o mapa de pessoal que foi analisado na última assembleia já indicava aqui os assistentes operacionais para a DMDS eram 72. A minha pergunta vem na sequência do que já foi feito e no fundo é a mesma situação, só vão poder concorrer os 8 que estão incluídos nos 72, dado que o Senhor Presidente diz que não há aumento. Na sequência deste mapa de pessoal o Senhor Presidente tinha dito que provavelmente em Janeiro tinha de exonerar algum chefe de divisão. Foi feito? Esta lei é recente e nesta apresentação fala aqui em situação de desequilíbrio conjuntural o que leva a que seja cumprido o artigo 66º, e o número de trabalhadores é sempre complicado. No final quando abordamos isto em Dezembro dizia-se que eram 168 trabalhadores, mas no documento que foi entregue diz que a 31 de Dezembro 2011 havia 173 funcionários e que a 31 de Dezembro de 2012 eram 167 funcionários, se saíram dois seriam 165 mas o Senhor Presidente diz que são 166. Quantos trabalhadores têm a Câmara hoje?” -----

**Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados do seguinte:** -----

“Informo que a 31 de Dezembro 2011 eram 173 funcionários e a 31 de Dezembro de Dezembro de 2012 eram 167, que representa uma descida de 3,47% e aquilo que eu disse é que entretanto desde o dia 31 de Dezembro de 2012 até 22 de Fevereiro de 2013, houve uma reforma e neste momento são

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

166 funcionários dos quais 101 são afetos à área da educação. Relativamente a estes 8 funcionários eles vão prestar serviço a área da educação, a fundamentação que aqui está é justamente na área de educação. Este ponto está a vir à Assembleia Municipal porque a regra é caso haja este procedimento, que as entidades terão de cumprir durante o ano de 2013 uma descida de 50% dos contratos a termo certo. Vindo à Assembleia não se tem de cumprir esta regra. Integralmente o número de funcionários que cessa durante este ano os contratos a termo certo nós estamos aqui a apresentar, com fundamentação do seu carácter imprescindível para a boa execução das nossas tarefas. Na área da educação todos compreenderão e temos aqui um caso, em que temos apenas um assistente social e que havia trabalho suficiente para dois assistentes sociais. Em relação a ser integração ou concurso externo, era bom que pudesse ser integração mas de facto isso não existe, é uma crítica que há muito faço à Lei, nós tivemos sempre o hábito de abrir concurso a termo certo e depois abrimos concurso sem termo certo. Estamos sempre a falar de dois concursos externos. Dizemos que não há aumento do número de funcionários porque o início do contrato que advém deste concurso sem termo vai coincidir com a finalização do concurso a termo certo. Podem concorrer todos os interessados. -----

Em relação aos chefes de divisão a lei permite um período de adaptação e o despacho que fiz foi no sentido de se manter a estrutura orgânica que é válida de 31 de Dezembro de 2012 até 01 de Novembro de 2013, pois é a data que maior parte deles cessa a comissão e nós mantemos até lá.” -----

**Dada novamente a palavra aos Senhores Deputados expuseram o seguinte:** -----

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Então poderemos dizer que em termos de funcionários diminuíram e sabendo-se, e é o que se ouve por aí é que há falta de funcionários no Agrupamento nalgumas áreas, portanto isto não irá resolver problema nenhum. -----

Pergunto se as refeições é uma empresa particular que as confecciona? Não é! Uma das queixas que já ouvi é a demora e o tempo que os miúdos esperam pelas refeições e que até os próprios professores são colocados a vigiar as crianças.” -----

**Dada a palavra ao Senhor Presidente informou o seguinte:** -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“De facto não há número e se há coisa que aprendi ao longo destes anos é que nós não devemos perguntar aos serviços se necessitam de mais pessoal, porque todos necessitam e seria uma forma de aumentarmos a despesa que tem muita expressão e das mais difíceis de controlar. Relativamente à alimentação tem peso o número de funcionários que temos e o número de funcionários que temos afetos à educação, mas acho que é uma mais valia muito significativa nós termos a gestão e a confecção no local, em termos de qualidade não tem nada a ver. Os próprios funcionários da Câmara puderam constatar isso porque este ano decidimos fazer o convívio de natal no refeitório da escola, porque estávamos em período de férias de natal e tive oportunidade de dar os parabéns às funcionárias porque trabalham com muita qualidade.” -

**Tendo sido colocada à votação o Abertura de procedimentos Concursais com vista à Constituição de Relações Jurídicas de Emprego Público, esta foi aprovada por maioria com 1 abstenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo, da CDU e 18 votos a favor dos Senhores Deputados Valter Caldeira, António Pereira, Paulo Tavares e Eduardo de Oliveira, do PPD/PSD.CDS-PP e Rui Monteiro Picciochi, João Gralha, Manuel da Costa, Paulo Constantino, José Chambel, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, Inocêncio Cruz, Adriano Cordeiro, António Constantino, Paulo Bento, Adelino Amaral, Manuel Cardoso e Nuno Gameiro, aprovar a referida abertura. -----**

**---Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----**

***Ponto Cinco – Adequação dos estatutos do CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, S.A. – E.M, à Lei nº. 50/2012, de 31 de Agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais. -----***

**Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que fez uma pequena explicação do ponto acima referido; -----**

“A partir do momento em que há uma nova lei que regula o regime jurídico da actividade empresarial local, nomeadamente a Lei número 50/2012 de 31 de Agosto, teve de se verificar se a referida sociedade cumpria os requisitos que a lei prevê para a sua manutenção, isso foi verificado na Assembleia Municipal de Dezembro com o estudo económico e desse ponto de vista está resolvido.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assim sendo, mantendo-se a sociedade havia que adequar à nova legislação sendo certo que as alterações que apresentamos são de natureza mais formal que substancial, não há aqui nenhuma alteração de objecto, há remissões legais que tiveram de se alterar. Há de fato um alargamento de competências do fiscal único que deriva da própria Lei, nós tínhamos uma possibilidade em termos abstratos de a sociedade poder adquirir outras participações sociais e isso fica aqui vedado porque a nova lei vem impedir isso.” -----

**Dada a palavra ao Senhor Deputado Eduardo de Oliveira expôs o seguinte:**

**= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira** – “Apenas quero dizer publicamente que vou votar contra na sequência das minhas afirmações anteriores. Têm-se verificado que esta sociedade não tem cumprido os seus objectivos, basta visitar o parque e verificar que ao longo dos anos nada foi conseguido, portanto quero expressamente publicar que vou votar contra.” ----

**Tendo sido colocada à votação a Adequação dos estatutos do CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, S.A. – E.M, à Lei n.º. 50/2012, de 31 de Agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, esta foi aprovada por maioria com 4 votos contra dos Senhores Deputados Paulo Tavares, Valter Caldeira, António Pereira e Eduardo de Oliveira, do PPD/PSD.CDS-PP, e 1 abstenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo da CDU e 14 votos a favor dos Senhores Deputados Rui Monteiro Picciochi, João Gralha, Manuel da Costa, Paulo Constantino, José Chambel, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, Inocêncio Cruz, Adriano Cordeiro, António Constantino, Adelino Amaral, Paulo Bento, Manuel Cardoso e Nuno Gameiro, aprovar o referido regulamento.**-----

**----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos.** -----

***Ponto Seis – Ratificação do contrato de gestão e tratamento de resíduos.***

***Resitejo – Associação de Gestão e Tratamento de Lixos do Médio Tejo.*** ----

**Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que fez uma pequena explicação do ponto acima referido;** -----

“Nós temos uma relação com a Resitejo que remota ao final dos anos 90, ao início do próprio aterro. A ERSAR durante o ano passado exigiu que há existência de contratos deveria haver formalização de uma relação contratual

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que já existe com a Resitejo que por lapso não veio à Assembleia Municipal de Dezembro. Não há nada de novo, foi uma exigência da ERSAR, como sabem havia a necessidade desse cumprimento considerando também que os investimentos que estão a ser feitos no âmbito da Resitejo, nas candidaturas para os fundos comunitários. Estão dois contratos porque um veio vigorar de 01 de Setembro a 31 de Dezembro de 2012 e outro de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013, este renovável que carece de acordo com as normas neste momento, de autorização da Assembleia Municipal, por isso, vem aqui para ratificação.” -----

**Pelo facto do Senhor presidente da Assembleia solicitar aos Senhores Deputados silêncio o Senhor Deputado António Pereira referiu o seguinte:**

**= Intervenção do Senhor Deputado António Pereira** – “É só para um esclarecimento à mesa, nós entendemos que desde que não se pertube o andamento, nós devemos trocar impressões, como aliás o Senhor Presidente há-de poder trocar com a mesa, porque nós temos o líder e este de vez em quando precisa de trocar impressões, tal como Senhor Presidente troca impressões com os Senhores Vereadores. Agora o problema é se pertuba a ordem de trabalhos.” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** tomou a palavra e referiu: -----

“ talvez não tenha sido claro, há pouco fiz a observação, pois estavam mesmo a perturbar, pois com o vosso sussurro não se estava a ouvir.” -----

**Deseguida dada a palavra aos Senhores Deputados expuseram sobre o ponto o seguinte:** -----

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “A clausula 16º onde diz Lei e foro e que fala do Tribunal Arbitral constituído por 3 arbitros designados nos termos do respectivo regulamento de arbitragem, ou seja este Tribunal será para redimir algum problema que possa existir entre ambas as partes, certo? Agora eu pergunto, será que isto de alguma forma não se possa tornar perigoso, porque é que não se pode recorrer aos tribunais? Isto por vezes, a questão das arbitragens podem ser complicadas por jogos que às vezes se fazem por baixo do pano. Da carta dirigida ao Presidente da Câmara «... cumpre ainda solicitar que atendendo ao exposto na clausula 10º, da minuta do contrato que se anexa, uma vez que da celebração do presente contrato poderá dar origem à assunção de um compromisso plurianual, a sua

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

celebração está pendente da autorização prévia da Assembleia...», portanto, isto vem à Assembleia porque pode dar a origem a um compromisso plurianual, certo? Quer dizer que isto é uma situação que se vai dilatar no tempo, é só por isso?” -----

**Dada a palavra ao Senhor Presidente esclareceu o seguinte:** -----

“Esta questão do Tribunal arbitral é uma faculdade mais do que uma obrigação, não impede que qualquer das partes não havendo possibilidade de conciliação que recorram a este meio e é evidente que é uma situação em que havendo um contrato de concessão não é possível nós escolhermos outra entidade onde fizemos a deposição. A urgência da resolução do problema determina que se preveja o recurso aos Tribunais Arbitrais. Embora eu concorde consigo que as arbitragens são sempre polémicas. Relativamente à necessidade de ser presente à Assembleia Municipal é justamente pela natureza do próprio contrato e pela sua dimensão. Neste momento um contentor, só de deposição no local, custa à Câmara 37€+IVA e neste valor está incluído 6,5% de uma taxa para a Agência Portuguesa do Ambiente. Com o investimento que neste momento está a ser feito no tratamento mecânico / biológico vai fazer com que maior parte dos resíduos sólidos deixem de ir para o aterro, ou seja apenas 10% sai para o aterro. Este é um investimento de 17 milhões de euros que está a decorrer e vai permitir que esta taxa que pagamos a cada tonelada diminua estes 6,5€. Num futuro próximo, haverá em termos daquilo que é o custo do Município uma possibilidade de descida, sendo certo que há a que amortizar o investimento que se está a fazer neste tratamento mecânico / biológico.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Este processo é para todas as Câmaras que estão integradas na Resitejo, não há excepção, certo? Qual a dívida da Câmara neste momento para com a Resitejo?” -----

**Dada a palavra ao Senhor Presidente informou o seguinte:** -----

“Neste momento nós estamos a pagar à Resitejo a 90 dias, não temos dívida neste momento. Há um Município do sistema que só ele sozinho deve 2,8 milhões de euros, ainda não conseguiu aprovar o PAEL, do qual irá também ajudar muito a pagar a componente nacional deste sistema de tratamento mecânico / biológico, investimento de 17 milhões de euros que a Resitejo está a fazer; -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Com o PAEL o pequeno fornecedor vai ficar “lixado” porque primeiramente vai-se pagar a EDP, as grandes empresas e o pequeno fornecedor vai ficar para trás.” -----

**Tendo sido colocada à votação a Ratificação do contrato de gestão e tratamento de resíduos. Resitejo – Associação de Gestão e Tratamento de Lixos do Médio Tejo, esta foi aprovada por unanimidade com 19 votos a favor dos Senhores Deputados Rui Monteiro Picciochi, João Gralha, Inocêncio Cruz, Manuel da Costa, Paulo Constantino, José Chambel, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, Adriano Cordeiro, António Constantino, Paulo Bento, Adelino Amaral, Manuel Cardoso e Nuno Gameiro do PS, João Filipe Ricardo da CDU e Valter Caldeira, Eduardo de Oliveira, Paulo Tavares e António Pereira do PPD/PSD.CDS-PP.**-----

**---Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos.** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal

----- O Primeiro Secretário

----- O Segundo Secretário



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### **Lista de Anexos**

- Anexo n°1      Lista de Expediente.
  
- Anexo n°2      Declaração Política apresentada pelo Senhor Deputado António Pereira.
  
- Anexo n°3      Declaração Política apresentado pelo Senhor Deputado João Filipe Ricardo.
  
- Anexo n°4      Moção apresentada pelo Senhor Deputado João Filipe Ricardo.
  
- Anexo n°5      Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara.